

*Discurso na cerimônia de assinatura dos atos administrativos que autorizam e normatizam as licitações relativas às estações aduaneiras interiores–portos secos*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 15 DE AGOSTO DE 1996

*Senhor Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan; Senhores Ministros de Estado; Senhores Governadores de Goiás, Minas, São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro e Distrito Federal; Senhores Líderes do Governo e dos partidos que aqui estão; Senhores Senadores; Senhores Deputados; Senhor Secretário da Receita; Dr. Everardo Maciel; Senhoras e Senhores;*

Este decreto, e o que foi dito a respeito dele, mostra a importância imensa que o Brasil está dando à sua reinserção, com muita força brasileira, nacional, no processo de globalização da economia.

Erram, e erram com frequência, os que imaginam que o Brasil, ao se preparar para participar mais ativamente da reestruturação do comércio e da produção internacional, deixou de ser aquele. É o contrário: é porque temos muita fibra, muita convicção das nossas potencialidades; porque somos, realmente, nacionalistas – nacionalistas, porém racionalistas também. É que, em vez de ficarmos olhando para um passado que morreu, estamos avançando para um futuro no qual o Brasil vai ter uma posição de maior destaque ainda.

Isso se faz através de um conjunto de medidas concretas. Essas medidas tomadas aqui, neste instante, não visam apenas à importação, sequer apenas à exportação: elas visam ao investimento também – o Secretário da Receita assinalou este ponto –, visam à transformação deste nosso país. Essa transformação requer – e creio que o Governo Federal está consciente e ativo nessa matéria – descentralização.

Um país do porte do nosso, com essa base que nós temos, de um povo que se une com tanta veemência – basta ver as últimas Olimpíadas para perceber o sentimento, que é um só, desse povo –, não pode imaginar que só Brasília resolve. Isso é uma vã pretensão. A cada instante, estamos dando demonstração, aqui, de que abrimos mão desse poder burocrático centralizador em benefício daquilo que é a seiva deste país, que é a possibilidade de a sociedade civil – os empresários, os trabalhadores, os prefeitos, os governadores, os funcionários que se espalham pelo Brasil todo – ter uma ação mais direta e mais eficaz. Isso está se vendo em todos os lados, em todos os sentidos.

Agora, aqui na administração fazendária, que tradicionalmente é uma administração cerrada – não é isso? –, fechada em Brasília, parece que estavam os homens mais poderosos da República. Eu fui Ministro da Fazenda, não percebi isso, não. Mas diziam. Agora, nós estamos descentralizando *sponte propria*, estamos tornando mais fácil a vida daqueles que trabalham nas várias regiões do Brasil.

Ora, a vantagem é óbvia de que se tenha, numa região próxima à produção, a possibilidade de uma alfândega, que se chama aqui de porto seco. A vantagem é óbvia, tão óbvia que o Governador Marcello Alencar – que sabe o quanto eu o prezo e o quanto eu prezo o esforço que ele está fazendo no Rio de Janeiro, que é meritório mesmo; e sabe que o porto de Sepetiba é um porto do Brasil, porque aqui não se trata de regionalismo – já pede lá para Itaguaí. Acho que o Secretário da Receita vai ter que ser sensível ao pedido.

E, uma vez sensível ao pedido do Governador Marcello Alencar, os aqui presentes e, quem sabe, os que vão nos ouvir depois já imaginam também que possam ter acesso a isso. E se for de direito, por que não? Se isso facilitar a vida, por que não? O limite é a capacidade

de pessoal, de organização, etc., etc., e de manutenção dos padrões que são necessários para que isso não seja, simplesmente, uma benesse, mas seja, realmente, alguma coisa em benefício do País. Mas esse é o caminho, é o caminho que estamos trilhando e vamos ter que continuar trilhando.

É muito importante ressaltar também que, quando se põe um porto seco no Rio de Janeiro ou lá em Pernambuco, em Suape – e o Governador Arraes tem muita preocupação com o porto de Suape; não só ele, mas todos os pernambucanos, e basta olhar para quem fez o ato: nem me consultou o Miguel, pois sabia que eu iria estar de acordo –, estamos sinalizando que temos muitas condições para importação, para exportação, para o adensamento de pólos produtores ao redor de certos portos. E não precisamos estar pensando apenas na nossa visão tradicional de dois ou três portos. Não. Este país possui uma força imensa e, com essa força imensa, ele tem, efetivamente, que abrir mais pólos em várias regiões, sem que isso signifique uma em detrimento da outra.

E, por falar uma em detrimento da outra, vou fazer um apelo ao armistício na guerra fiscal. A guerra fiscal está acabando por beneficiar apenas os que vêm se instalar aqui. Acho que noutra oportunidade podemos conversar com mais vagar sobre isso, de modo que nós nos beneficiemos racionalmente, dividamos entre nós, aqui, os investimentos e, com isso, também salvaguardemos os cofres dos nossos Estados.

Mas isso é só um parêntese. Não tenho dúvida nenhuma de que uma cidade cujo único porto é o atracadouro aqui no lago do Paranoá, que é Brasília, hoje virou porto. O Governador Cristovam daqui a pouco vai querer ter uma marina em Brasília. Aí eu me preocupo. Mas então eu soube que, quem ganhou o iatismo para nós lá nas olimpíadas, o Graef, treinou aqui no lago do Paranoá. Quem sabe o Governador possa criar uma marina aqui em Brasília – desde de que seja às custas do cofre de Brasília.

E eu nem refiro, mas é óbvio, que, no caso de Goiás e de Minas, é muito importante existir também essa facilidade, alcançar essas regiões

pelo desenvolvimento: Minas, porque hoje está competindo com São Paulo – não sei se o Governador Mário Covas concorda, não é isso? Do jeito que eles vão, quietinhos, vão chegar lá. Estou torcendo para que cheguem, porque é bom que haja mais regiões do Brasil com possibilidade de um desenvolvimento grande. Então, é natural que, agora, também, nós alcancemos Minas.

E Goiás. Goiás tem uma origem mineira, é inegável. E o pior é que há um componente que complica em benefício de Goiás: tem origem mineira, mas é paulista. De modo que, em Goiás, daqui a pouco, vamos ter um pólo industrial, em Catalão, de automóveis – imaginem, vamos ter que tê-lo lá também, para atender a essa região.

De São Paulo eu não falo, porque São Paulo tem sido tão pouco aquinhoado. Quando a gente consegue fazer alguma coisinha lá por São Paulo, quando o Secretário consegue fazer, é em Santo André. Onde é que você fez mais? E Campinas. Nós agradecemos e nem pedimos mais, porque com certeza teremos que ter mais em São Paulo.

Enfim, é com esse espírito, realmente, com o espírito de mostrar que este país tem capacidade de avançar, que nós vamos descentralizando, porque o custo Brasil está baixando. Custo Brasil não é simplesmente uma declaração do Ministro da Fazenda endossada pelo Presidente da República: custo Brasil são atitudes diárias, um esforço muito grande para que possamos, realmente, tornar mais atraente o investimento, torná-lo mais remunerador. É isso que vai nos permitir – para terminar como comecei – uma inserção, nesse novo mundo competitivo, de maneira positiva para o Brasil.

Para que essa inserção se faça com mais proveito e rapidez, é preciso que, quanto aos pré-acordos que estamos conseguindo na questão do ICMS para os produtos de exportação e também para algumas importações, nós cheguemos a um entendimento, de modo que a União possa definir patamares de ressarcimento que sejam compatíveis com os interesses dos estados. Se conseguirmos isso, aí eu vou me dirigir aos nossos Líderes no Congresso e pedir-lhes que, com eleição ou sem eleição, se vote essa lei.

Esse é o tipo de decisão que, uma vez feito o acordo entre a União e os estados, um acordo geral, tem um efeito enorme do ponto de vista da dinamização da nossa economia, da oferta de emprego, da possibilidade de maior exportação. Eu tenho certeza de que os parlamentares que votarem isso depressa vão ter tanto voto, que não sei se o sistema eletrônico que está se montando vai ser suficiente para computar todos os votos que vão ser despejados, de alegria do povo brasileiro pela eficiência do Congresso em aprovar uma decisão que, certamente, é querida por todos os brasileiros.

Quero terminar agradecendo ao Dr. Everardo, ao Ministro Malan e a todos aqueles que colaboraram para que fosse possível haver este decreto.

Muito obrigado aos senhores.

